

Currículo Primário



M-134

372.P.1

(1)

M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Reforma

Quanabara

DISTRIBUIÇÃO

1. Reforma do Ensino Primário -
objetivos.

2. " " " " " "

contribuição do
professor.

novembro 1962.

3. " " " " " "

primário

Resolução n.º 3 SGE, de 22/2/1962.

Secretaria de Estado da Cultura

Est. 3
Sav 3

ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO
(Resolução nº3 SGE, de 22/2/62)

Reforma do Ensino Primário foi elaborada pelo Serviço de
Medidas e Programas do Instituto de Pesquisas Educacionais e pelo
Departamento de Educação Primária no Governo do Excellentíssimo Sr.
Governador CARLOS LACERDA.

Secretário de Estado da Educação e Cultura

CARLOS FLEXA RIBEIRO

Diretor do Departamento de Educação Primária

Antônio Carlos do Amaral Azevedo

Diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais

Cinira Miranda de Menezes

Chefe do Serviço de Medidas e Programas

Cosette de Albuquerque

22/7/63

Secretaria -Geral de Educação e Cultura
Instituto de Pesquisas Educacionais

A reforma do ensino primário no Estado da Guanabara

Introdução:

De há muito os educadores ,preocupados com a situação da educação primária em nosso meio, vêm buscando equacionar e resolver problemas a ela relacionados ,de acordo com a realidade brasileira.

De fato, o excesso à educação de base,sem a qual não é possível a formação especializada para os mais diversificados setores da atividade humana, deve ser tornado efetivo,não só por ser direito de todos, mas,também,por ser meio de integração social e forma de expansão da economia e de desenvolvimento da cultura.

O incremento demográfico do país ,que cresce num ritmo acelerado de 3,1% ao ano,aliado às aspirações populares de educação, torna cada vez mais flagrantes as necessidades de ampliação das redes escolares.

Não basta ,entretanto,que o ritmo de construção de es-
elas acompanhe o ritmo de crescimento dessa população;é necessário que se faça estudo cuidadoso a fim de tornar possível a distribuição ge-
ográfica das unidades escolares atendendo, integralmente,as necessida-
des locais ,pela real oferta da educação gratuita para todos.

De outra parte, é preciso despertar e manter a crença nos valores culturais e sociais da escola,tornando-a eficiente por seus métodos e pelos conhecimentos úteis,de caráter prático ,que oferece, e que ajudam a enfrentar e a resolver os problemas diários que a vida impõe.Isto porque,quando os resultados da educação não correspondem ao que dela se espera ,seja por inadequação dos currículos e programas às necessidades sociais , ou porque êstes não se adaptam à variedade de tipos de aptidões e níveis de inteligência ,ocorre o grave fenômeno da evasão escolar. Não se depreende daí que se considerem êstes os únicos fatôres que influem no abandono da escola .Muitas outras causas podem ser citadas :sistemas de promoção altamente seletivos, ação pouco atuante do professor não identificado com os reais interesses da comunidade, limitada capacidade econômica dos pais ; a subalimentação, o estado precário de saúde , o trabalho prematuro das crianças etc.

Convém considerar, ainda, o fato de que a escola pri-
mária de menos de quatro horas e meia de aula, e na qual a duração do
curso não vai além de cinco anos, já não pode proporcionar educação
fundamental que satisfaça às exigências de uma época em que o processo
de industrialização se acelera.

À solução desses e de outros problemas da educação primária ,única ainda acessível à maioria da população, deve ser dada prioridade no planejamento integral da educação. A generalização pro-
gressiva da educação de nível médio, ainda hoje vedada a largos estratos sociais,é,também, igualmente importante para garantir eficiência nas diferentes etapas do desenvolvimento do país e na adaptabilidade às mudanças sociais e econômicas.

A clara compreensão desses e de outros problemas edu-
acionais levou a administração atual a fazer da educação no Estado uma
das mais brilhantes metas do Governo.

De estudos, pesquisas e levantamentos sobre assuntos ligados à educação naquêles dois níveis ,realizados pela Secretaria-Geral de Educação e Cultura , resultaram,primeiro,o Plano de Educação de Nível Primário e, posteriormente, o de Nível Médio,ambos buscando en-
contrar solução a curto e a longo prazo , para problemas vitais , como sejam o da demanda de prédios escolares e o de professores.

As primeiras medidas de emergência e as de caráter

efetivo no ensino de nível primário foram tomadas: sistema de rodízio das folgas semanais, para maior aproveitamento dos prédios escolares, a criação de classes em cooperação, a obrigatoriedade de concessão de bolsas pelas empresas, com mais de cem empregados, a multiplicação das construções escolares, em ritmo acelerado, os convênios com entidades estrangeiras, como a AID, a fim de obter auxílio financeiro e assegurar a satisfação das necessidades educacionais do Estado, projetadas até 1965. Estas medidas tornaram possível a absorção do déficit de escolarização então existente e permitiram, como consequência, a decretação e a regulamentação da Lei de Obrigatoriedade Escolar, que atinge a todos os menores de 7 a 14 anos de idade. Com ela, o Estado cumpre a obrigação constitucional de dar a todos educação fundamental gratuita a que todo homem tem direito, de acordo com a Declaração Universal, a Declaração Americana dos Direitos do Homem e a Carta da OEA.

Para aumentar a eficiência da escola primária, então aberta a todos no Estado, verdadeiramente democratizada, a ação do governo foi complementada por medidas de ordem técnico-pedagógicas, das quais resultaram, em 1962, a Reforma do Ensino Primário.

Ligeiro esboço da situação da educação de nível primário na Guanabara até a Reforma do Ensino Primário.

a) Aspecto quantitativo:

Fazendo-se ligeiro retrospecto, a partir de 1928, verifica-se que já nesta data, a população em idade escolar ultrapassava a capacidade dos prédios escolares: faltavam escolas para os alunos e, também, faltavam professores para essas escolas. É Fernando de Azevedo quem, então, sugere reduzir a duração do curso, de sete para cinco anos, baseado no princípio de que era necessário oferecer oportunidades de educação a maior número de crianças, procurando, evidentemente, dar ao problema solução democrática.

Em 1932, Anísio Teixeira, o grande defensor da escola de tempo integral, frente a uma população de 196 000 crianças em idade escolar e com disponibilidades para atender apenas a 85 000, cria, como solução de emergência, a escola de três turnos.

Dificuldades de ordem econômica, aliadas às deficiências de caráter técnico, fazem com que o problema se avolume nos anos que seguem. Em 1948, a Lei 144 autoriza a matrícula, nas escolas particulares, dos candidatos que não tenham obtido vaga nos estabelecimentos de ensino oficial. Em progressão sempre crescente, o número de crianças excedentes da matrícula das escolas primárias do governo atinge a 35 567, em 1960. O dinamismo do Governo do Estado, concretizado no esforço máximo de Flexa Ribeiro, na Secretaria Geral de Educação e Cultura, faz adotar as medidas espontâneas anteriormente e baixar o déficit de escolarização de 12,3% em 1960, para 1,7% em 1961, e 1,2%, em 1962 e a zero, em 1963.

Em 1962, já é, então, possível a criação do Decreto 808, que torna obrigatório o ensino primário no Estado da Guanabara, e a extensão da duração do curso para seis anos. No momento atual, estão à disposição da população escolar 17 416 vagas não preenchidas nas escolas oficiais.

Os esforços governamentais podem ser avaliados pela análise dos gráficos à folha 3, demonstrativos das oportunidades educacionais na rede escolar do Estado e, também, do crescimento das construções escolares nos últimos 33 anos (Gráficos I e II).

GRÁFICO I - Crescimento da matrícula

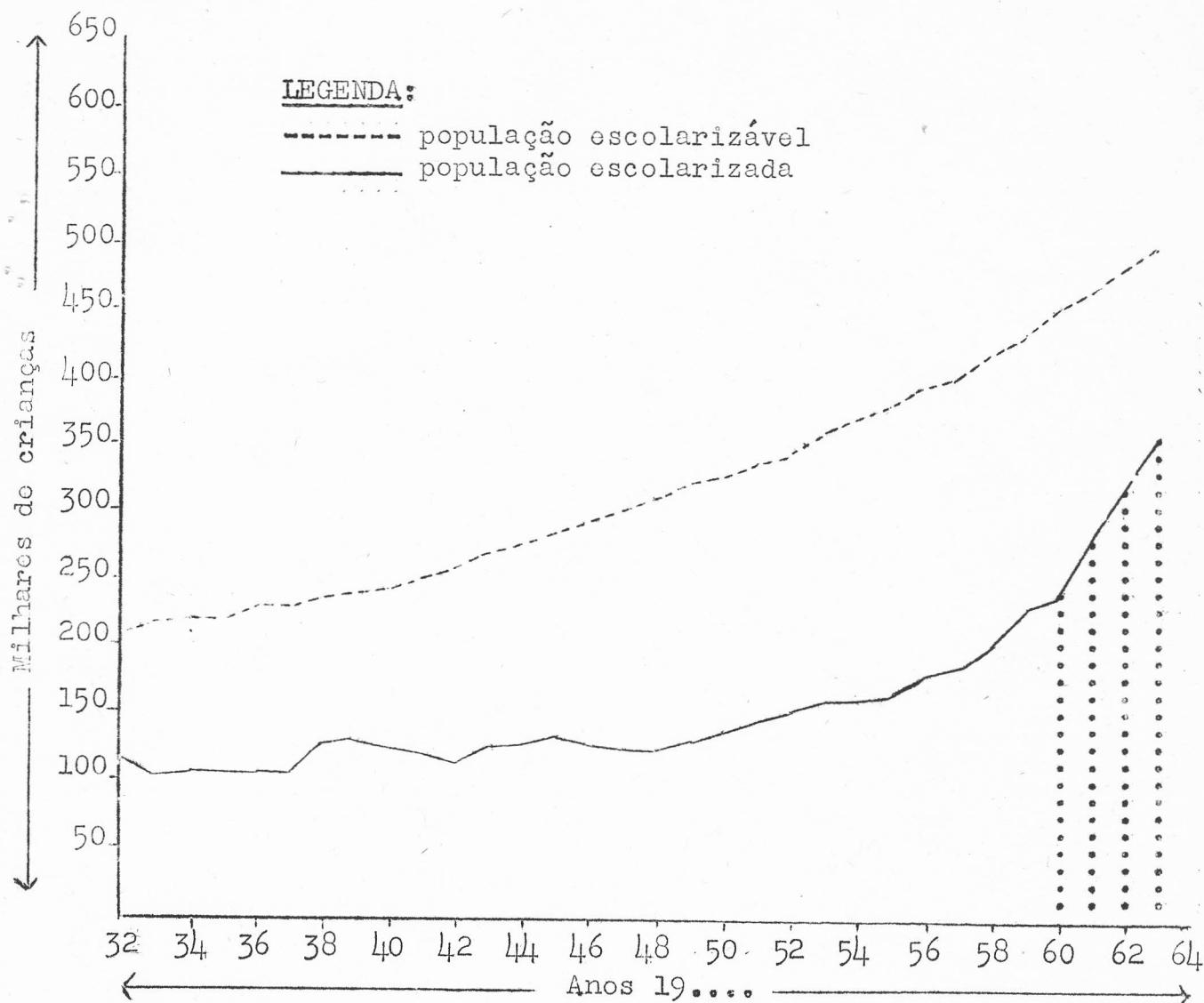
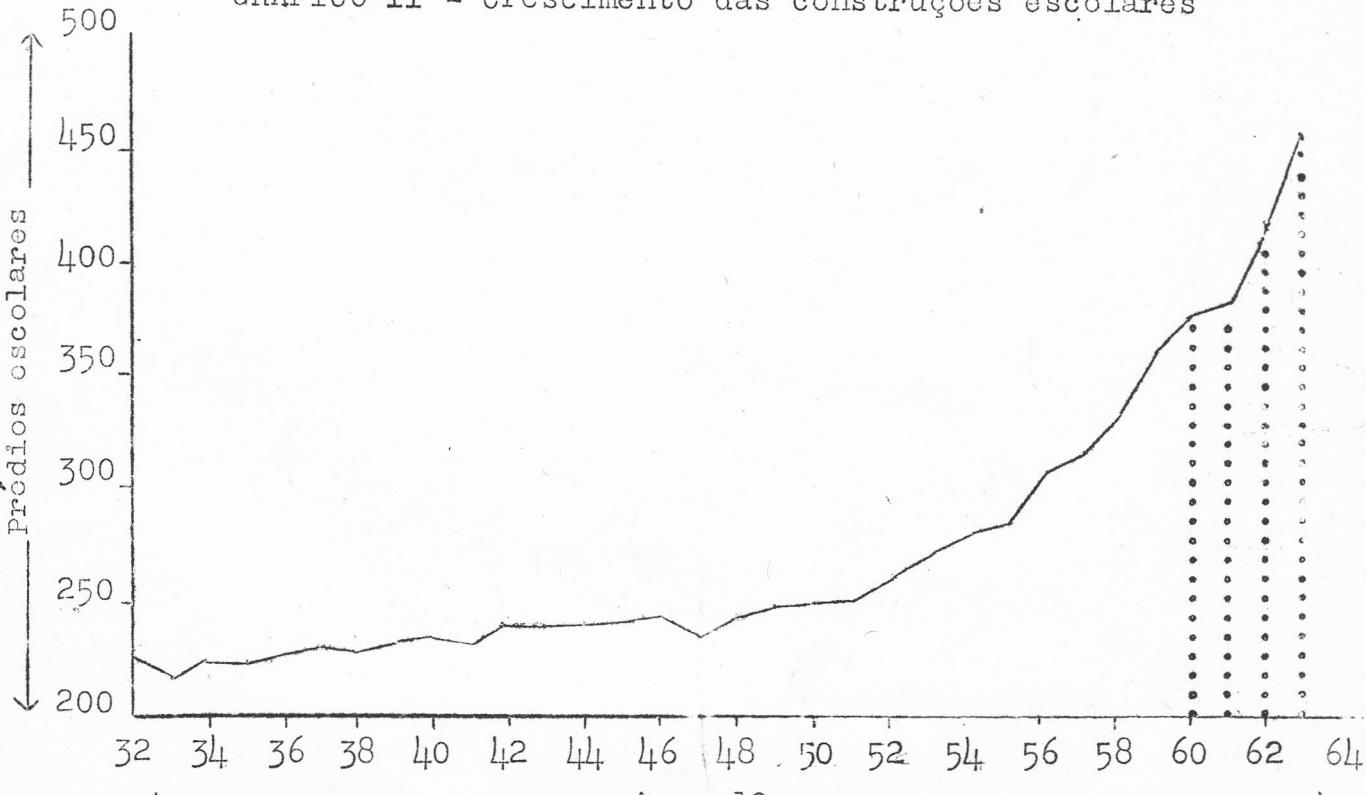


GRÁFICO II - Crescimento das construções escolares



Fonte dos dados: DGE até 1956; DEI de 1957 a 1959; IPE de 1960 a 1963

b) Aspecto qualitativo:

Evasão e repetência escolar

Os fenômenos da evasão e da repetência escolar não constituem, pelos fatores nêles envolvidos, problemas específicos do Estado da Guanabara e podem, por isso, ser analisados dentro do quadro nacional e da América Latina. Organismos especializados, realizando estudos e investigações a respeito, face às variadas implicações de ordem sócio-econômicas que delas decorrem, concluíram por estabelecer, entre os dois fenômenos, algumas relações de causalidade.

É, de fato, impressionante constatar que, no Brasil, "de 2 366 336 crianças presentes na 1a. série, em 1954, tão somente 483 104 (20%) se achasse na 4a. série, em 1957. Os restantes 80% foram tragados pela repetência e pela evasão..... Múltiplos são os fatores que concorrem para "essa evasão contínua; uns de ordem econômica, outros de caráter pedagógico"(3)....

Paulo de Almeida Campos, em seu artigo Aspectos da Educação Primária Brasileira, cita como uma das causas responsáveis pela evasão "os sistemas de promoção altamente seletivos", e a Conferência de Santiago do Chile, de março de 1962, sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, recomenda aos países latino-americanos "que se revejam os processos de classificação dos escolares de tal modo que a distribuição dos alunos pelos professores seja mais equitativa e racional e que se examine a possibilidade de modificar as formas de promoção para reduzir o grande número de alunos que têm que repetir o ano"; "que se elaborem planos para eliminar gradativamente os inconvenientes e transtornos que traz para o rendimento escolar a heterogeneidade de idades dos alunos de uma mesma série nas escolas primárias e que se promova, a partir de 1963, o ingresso na escola de todas as crianças no mesmo ano que completam a idade mínima estabelecida pela legislação para iniciar a escolaridade primária."(4)

As recomendações dessa Conferência parecem encoriar apóio em notável trabalho realizado por técnicos da UNESCO apresentado à Conferência Regional de Educação Gratuita e Obrigatória, realizada em Lima sob o patrocínio da OEA. A obra, que versa sobre o fenômeno da reprovação nas escolas latino-americanas, sugere aos países deste Continente a adoção da promoção de alunos por idade, processo usado na Inglaterra há cerca de trinta anos.(5)

Do exposto, conclui-se que a verificação dos altos índices de evasão e de reprovação escolar tem conduzido os educadores à revisão de procedimentos pedagógicos, porque os resultados de alguns destes parecem responder pela função seletiva que ainda apresenta a escola de nossos dias.

Na Guanabara, a situação do ensino não mereceu exame menos acurado. O quadro, à página 5, indica as taxas de reprovação no período 1955/1962. Analisando-o, nota-se tendência para redução dasquelas taxas, a partir de 1957, embora sejam observadas pequenas flutuações nos anos de 1958 e 1959. Esse mesmo quadro não só mostra a situação especial a que se chegou em 1962, como revela as novas diretrizes traçadas na organização escolar, que comprovam o esforço realizado na alta esfera administrativa e técnica do Estado, pelo aperfeiçoamento eficiência do ensino.

(3) Aspectos da Educação Primária Brasileira

Educação e Ciências Sociais-V3,nº9/1958-Paulo de Almeida Campos

(4) Proyecto Principal de Educacion- Boletim 14/ 1962

(5) A Escola Primária Gratuita e Obrigatória-INEP/1956

ANO	SÉRIES					ANO ESCOLAR	Média Geral
	1a.	2a.	3a.	4a.	5a.		
1955	52,6	27,6	24,8	27,3	26,3	-	31,7
1956	45,0	29,4	29,6	29,3	25,2	-	31,7
1957	36,9	16,7	18,8	22,4	11,6	-	21,2
1958	38,0	16,7	20,1	24,7	12,4	-	22,4
1959	43,1	25,4	30,7	21,7	10,2	-	26,2
1960	40,0	26,0	26,0	8,4	5,9	-	31,3
1961	43,2	24,7	23,2	Promoção progressiva	-	-	18,2
1962	P r o m o ç a o	p r o g r e s s i v a					

Fonte dos dados: Instituto de Pesquisas Educacionais

Até então o regime foi o seriado; regime que parece negar o princípio das diferenças individuais, já que exige que todas as crianças, de capacidades e aptidões as mais diversas, vençam as mesmas dificuldades, atinjam os mesmos padrões, dentro dos mesmos prazos.

Como consequência dessa não adequação do ensino aos diferentes tipos de alunos e da supervalorização dos exames, que são usados para reter na série os menos capazes, surge a formação de turmas compostas de crianças de idades cronológicas bastante diferentes. Isto significa formação de grupos onde os indivíduos diferem em maturidade biológica, social e emocional, onde os indivíduos, portanto, diferem em grau de inteligência, em interesses, em vivências e aspirações, com evidente prejuízo do desenvolvimento das atividades escolares. Acresce que a repetição é enfadonha para o aluno, é desestimulante para que ele realize esforços que conduzam ao sucesso e este à confiança em sua capacidade de aprender. Mais ainda. Os efeitos psicológicos do fracasso escolar refletem-se em comportamentos desajustados: turbulência, insegurança, sentimento de inferioridade etc.

Encarando o problema, ainda, sob o ponto de vista do professor, há a considerar que o mesmo não se vê recompensado em seu esforço. Não recebe o estímulo que vem do reconhecimento próprio do justo valor do rendimento do seu trabalho.

Estas foram, em verdade, as grandes razões que levaram a Administração à

REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO

X

Os novos rumos traçados para a escola primária na Guanabara exprimiram, portanto, o desejo dos educadores de torná-la uma instituição capaz de refletir os ideais democráticos do povo: escola que ofereça igualdade de oportunidades para que todos se desenvolvam ao máximo, segundo as potencialidades ou limitações, habilidades e interesses; que se preocupe com o desenvolvimento de toda a personalidade do aluno, para que ele possa vir a **participar** efetiva e eficientemente da vida em sociedade e a contribuir para o bem comum; que o ajude a compreender a necessidade de educar-se através da vida e lhe dê instrumentos para essa contínua aprendizagem. Todas as atividades da escola estarão, assim, **orientadas** no sentido de proporcionar aos alunos meios de aquisição de conhecimentos úteis, indispensáveis ao viver comum, de habilidades, de hábitos de trabalho, de atitudes que levem à compreensão do valor social das ocupações e das profissões diversificadas da vida contemporânea.

Para alcançar os objetivos da reforma, alguns procedimentos, considerados interdependentes, foram levados em consideração:

- 1- de ordem administrativa
 - expansão da rede escolar de nível primário.
- 2- de ordem legal
 - obrigatoriedade escolar
- 3- de ordem técnica
 - graduação escolar por idades
 - programas diferenciados
 - promoção por avanços progressivos
 - modificação nos objetivos das provas

A expansão da rede escolar, tal como vimos nos gráficos I e II, à pagina 3, possibilitou a criação do Decreto que torna obrigatório o ensino de nível primário no Estado. Este dispositivo, que fixa os limites de idade cronológica para ingresso e saída do aluno da escola (7 e 14 anos) e, também, a duração do curso (6 anos), é medida que possibilita a adoção do sistema de graduação escolar por idades. A razão deste fato é estar implícito no dispositivo legal o direito que todas as crianças têm de igual número de anos de permanência na escola. Assegura-se, com ele, o critério de igualdade de oportunidades no que diz respeito a esse aspecto do problema; abrem-se, também, novas perspectivas aos que necessitam da educação fundamental; reconduz-se, ainda, a escola a sua verdadeira finalidade, como agência destinada à educação da infância e, às vezes, à da pré-adolescência.

Graduação escolar por idades

a) Agrupamento de alunos

Entende-se por graduação escolar por idades a distribuição dos alunos pelos anos escolares (6 anos), segundo a idade cronológica que apresentam. Para esse fim, estabelece-se, a partir da idade mínima legal de ingresso da criança na escola, para cada ano escolar, uma faixa etária, aquela que se considera a mais frequente.

Na Guanabara, a Constituição do Estado prevê o atendimento, embora não obrigatório, das crianças de 6 anos, razão por que a primeira faixa compreende as idades de 6 e 7 anos.

Para que os grupos formados, inicialmente, com alunos de idades próximas e, por isso, até certo ponto semelhantes em vários aspectos do seu desenvolvimento, não se desagreguem no decorrer do curso, mas, se diversifiquem quanto ao rendimento da aprendizagem, o atendimento é feito, respeitando-se limitações e potencialidades de cada um. Daí se conclui que a forma de graduação escolar adotada não atende apenas ao fator idade; conjuga-o com o aproveitamento escolar ou com a maturidade, para a aprendizagem da leitura e da escrita. Escalona os grupos etários em níveis de escolaridade; abaixo do esperado para a idade, o esperado, e o acima do esperado para a idade. Esses níveis são verificados pelo professor da turma e dizem respeito ao progresso do aluno em todas as áreas do seu desenvolvimento. O regime é bastante flexível e a mudança do aluno de um grupo para outro pode se verificar sempre que houver modificação nos fatores que condicionaram a sua posição num determinado grupo.

Como já foi dito anteriormente, considera-se que esse agrupamento de alunos atende melhor as necessidades e interesses da criança, facilita o trabalho docente, promove condições favoráveis à melhoria do ensino.

b) grupos de aceleração

Os grupos de aceleração são formados por alunos cuja idade cronológica está acima da fixada para cada ano escolar. Têm por objetivo possibilitar o atendimento especial do escolar, pela utilização de meios mais adequados capazes de acelerar a aprendizagem e de promover o ajustamento gradativo ao grupo etário, sempre que as condições individuais o permitirem. Muitos e variados podem ser os fatores determinantes do atraso; dentre outros, podem ser citados a migração do interior para a cidade, o deslocamento da rede do ensino particular, onde o regime seriado ainda é o vigente, para a rede escolar oficial.

c) Programas diferenciados

Se os alunos diferem muito entre si, e se a escola deve proporcionar oportunidades de desenvolvimento de suas aptidões, é necessário que haja adequação de programas aos diferentes grupos de alunos: programas graduados, que promovam a diversificação do ensino. Os programas vigentes foram construídos ou adaptados para esse fim. O básico, destinado às turmas compostas de alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, decorrentes de ritmo lento, compreensão limitada, desnutrição, distúrbios emocionais etc, resultou de estudos feitos no grupo de alunos reprovados, a fim de se estimar o que seriam capazes de assimilar num ano letivo, segundo as condições oferecidas pelas escolas no momento. Inclui conhecimentos básicos, selecionados, tendo-se em vista o valor social que apresentam. Por constituir programa mínimo, serve aos alunos dos grupos de aceleração, desde que desenvolvidos de acordo com o objetivo que se tem em vista: reintegração do aluno ao seu grupo etário. O programa regular, que procura atender as necessidades do educando cujo progresso é considerado normal para sua idade, adapta-se às exigências dos bem dotados, quando enriquecidos pelo professor, por diferentes métodos.

" Os programas devem corresponder à capacidade, aos interesses e às necessidades da criança e se basearem nos conhecimentos atuais sobre a natureza do seu desenvolvimento."(7)

d) Promoção por avanços progressivos

O conceito de promoção por avanços progressivos, é da promoção que atende às necessidades do desenvolvimento contínuo e progressivo da criança, segundo suas aptidões, interesses e ritmo de aprendizagem.

Para esse efeito, o curso é graduado e diversificado de tal forma que pode ser realizado sem saltos nem regressões desnecessárias. Além da diversificação do curso em níveis de escolaridade, a diferenciação dos programas de ensino e a modificação dos objetivos das provas constituem outros meios que possibilitam aquela forma de promoção. A promoção ao ano seguinte se processa, pois, ao final de cada ano letivo, automaticamente, por idade, e progressivamente por níveis de escolaridade, conforme o rendimento escolar verificado. Esse rendimento é avaliado em sua forma global. Assim, na medida de suas possibilidades, as crianças vão vencendo o curso, ano após ano, sem que haja solução de continuidade na aprendizagem.

Como se vê, não se exclui a reprovação do sistema escolar para se evitar a retenção do aluno na escola por prazo superior aquele que lhe é oferecido em Lei. A eliminação da reprovação é decorrência natural de uma organização escolar que atende melhor à criança, que têm influência positiva na formação de sua personalidade, que estimula o professor, que aumenta a eficiência da escola. Com várias denominações, promoção automática, progressiva, contínua, por rendimento efetivo, por classificação, o sistema é usado em várias partes

- 3 -

do mundo, inclusive em países social e econômicamente desenvolvidos como os Estados Unidos e Inglaterra. Entre nos, algumas experiências são feitas: no Rio Grande do Sul, em S. Paulo, no Rio Grande do Norte e no Centro Experimental do INEP, Escola Guatemala, na Guanabara, por exemplo.

"A escola não pode se converter" em privilégio dos bem dotados, dos que podem aprender com maior rapidez certas coisas, dos que se adaptam facilmente, aos procedimentos escolares".⁽⁸⁾

e) Modificação nos objetivos das provas

Na escola, as provas continuam a ter o seu valor como instrumentos indispensáveis à verificação objetiva do rendimento da aprendizagem, ao diagnóstico de dificuldades específicas em algumas das áreas do conhecimento, a orientação do professor quanto à posição do aluno em relação ao grupo de sua idade, a classificação para fins do regroupamento de alunos. A modificação fundamental em seus objetivos é, pois, a de ter deixado de ser instrumento de sanção-ja não aprova ou reprova o aluno- para ser instrumento destinado à exploração daquilo que ele pode aprender ou do quanto progrediu, a fim de orientar suas atividades futuras. Há a considerar, ainda, que, modernamente, o conceito de verificação da aprendizagem é tão amplo que o termo avaliação traduz melhor os seus objetivos. O progresso educacional é hoje encarado como um processo global de desenvolvimento; portanto, os instrumentos de medida-testes e provas de escolaridade-ja não bastam, também, para os seus propósitos. Deixaram eles de ser os únicos meios empregados. A avaliação inclui a medida dos conhecimentos, em seus aspectos mensuráveis, e, inclui, também, processos subjetivos, controlados, como as fichas cumulativas de observações, para aspectos não mensuráveis. Estes últimos são ainda empregados na avaliação dos resultados formativos da educação.

Curso de Extensão da Educação Elementar

O Curso de Extensão da Educação Elementar é oportunidade oferecida pelo Estado, para os alunos que necessitam de mais um ano para completar a educação fundamental ou enriquece-la.

Certificados

Ao aluno é conferido certificado indicando o número de anos de escolaridade e o nível alcançado.

Experiências que conduziram à Reforma do Ensino Primário.

Não seria aconselhável reforma tão profunda na organização escolar e aplicada em tão ampla escala, sem que a mesma fosse precedida de experimentos, estudos, pesquisas e adoção progressiva de algumas medidas de ordem técnica. Foi o que o Instituto de Pesquisas Educacionais da Secretaria-Geral de Educação e Cultura tentou realizar, a partir de 1958, visando a preparar campo de ação mais fecundo para uma Administração capaz de compreender e enfrentar esse problema de tão alta significação para a educação no Estado.

(7) Os Três Congressos de Lima-Almeida Junior

(8) La Situacion Educativa en America Latina-UNESCO

LEVANTAMENTO

DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA PROMOÇÃO DE ALUNOS

AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS

" Na escola primária as crianças são, na maioria dos casos, grupadas por idade; cada aluno, em geral, segue seu grupo e permanece um ano em cada classe. Pode haver repetência se a criança estiver muito tempo ausente da escola durante o ano. Mas o caso é discutido com os pais e com ela própria. A promoção para a classe superior depende, principalmente, do trabalho apresentado pelo aluno durante todo o ano escolar. Se achar necessário, o professor pode proceder a interrogatórios escritos ou orais.

É somente num pequeno nº de cidades que as crianças têm que se submeter a um exame de promoção.

Em certas escolas a percentagem de repetição é quase nula. Os diretores explicam o fato por diversas razões, inspirando-se numa filosofia de progresso contínuo. Em vez de recusar-se ao aluno, no fim do ano, a promoção para a classe superior, são feitos durante o curso os ajustamentos individuais necessários; evita-se por princípio dar às crianças o sentimento de insucesso; toma-se o cuidado de avaliar os resultados de cada aluno em função de suas capacidades."

CANADÁ

" É o professor quem decide, sózinho ou de acordo com o diretor, se um aluno está apto a passar para uma classe imediatamente superior, em função dos resultados obtidos durante o ano, de suas disposições físicas e intelectuais, do aproveitamento que lhe trouxe o ensino dado na classe superior etc."

ARGENTINA

" A passagem para a classe superior se efetua sem exame, com base nas apreciações do professor e sob controlo do diretor da escola. Os estudos primários são referendados por um certificado de habilitação para os estudos secundários (formados por um círculo básico, que leva ao bacharelato e ao magistério.)"

ALASCA

" A passagem de uma classe para a superior depende das notas dadas pelo professor; a decisão é, às vezes, tomada no curso de uma conferência entre o superintendente da circunscrição, o diretor e os pais."

ZONA CANAL PANAMÁ

" No fim do ano escolar, o professor, o diretor e o inspetor de ensino decidem, após o exame das notas obtidas durante o ano pelo aluno, se este pode ser admitido na classe imediatamente superior. Não há nenhum exame de promoção no fim do ano."

PORTO RICO

"Não existem exames de promoção. No ensino primário, a passagem de uma classe à imediatamente superior é determinada pelas seguintes regras: do 1º ao 3º ano todos os alunos são promovidos, se acompanharem as aulas durante todo o ano escolar, ficando entendido que o professor deve favorecer seu desenvolvimento ao máximo. Acima do 3º ano a admissão à classe superior é problema que deve ser resolvido individualmente, dependendo, em cada caso, das vantagens que daí poderão resultar para o desenvolvimento geral do aluno, bem como de sua capacidade de continuar a progredir normalmente."

NICARÁGU

"Os exames de promoção foram suprimidos desde 1940, nos 4 primeiros anos, sendo suficiente haver freqüentado a escola com regularidade; no 5º e 6º anos, entretanto, eles ainda vigoram."

BERMUDAS

"Para a promoção de um aluno à classe superior, além do resultado obtido durante o ano, é considerada a opinião do professor."

EUROPA

INGLATERRA E PAÍS DE GALES

"Não existem exames oficiais nas escolas primárias e a promoção de uma classe para outra depende, quase sempre, da idade dos alunos e não de seus méritos ou de seus conhecimentos. Acha-se, de maneira geral, que este método é o melhor, pois permite às crianças desenvolverem-se naturalmente entre os camaradas de sua idade, sem sofrerem pressões exteriores nefastas."

ESCOLA

"Nas escolas primárias públicas, a promoção de uma classe à superior é, em regra geral, automática, e se efetua na abertura do ano escolar."

BÉLGICA

"Nenhuma disposição oficial fixa o critério de promoção e assim algumas escolas aplicam ainda para tal fim o método de exames. Mas já se admite que estes, nas classes inferiores sobretudo, contrariam o emprego de métodos ativos, provocando mais uma preparação rápida e superficial do que um trabalho de educação em profundidade. A tendência atual é assim de reduzir os assuntos mais indispensáveis, sento de suprimi-los."

SUÍÇIA

"A escola primária não é uma escola onde se dêem notas, nem uma escola onde os estudos sejam consagrados por um exame. O aluno passa de uma classe a outra superior, tendo-se em vista a maneira pela qual acompanhou o ensino e, também, o que possa ser mais conveniente para ele e para o trabalho escolar em geral."

SUIÇA	" O ensino de grau primário constitui um todo e destina-se a instruir todas as crianças sem distinção; usam-se métodos cuidadosamente adaptados ao seu desenvolvimento e às suas aptidões; visa a dar-lhes formação útil à atividade que deverão exercer para ganhar a vida e a realização de seus deveres de homens e cidadãos. Não existe nenhuma prescrição federal concernente a programas, estudos, livros escolares ou a exames.
ALEMANHA OCIDENTAL	" A passagem dos alunos à classe superior é decidida por uma assembleia de professores, reunida sob a presidência do Diretor, levando-se em conta os resultados dos interrogatórios orais e os trabalhos escritos realizados durante o ano. Não há exames de promoção. Ao fim do período de escolaridade obrigatória, cada aluno recebe um certificado que indica o nível atingido, contendo apreciações sobre conduta, assiduidade e aplicação."
ITÁLIA	" Atualmente experimenta-se o regime de ciclos que correspondem às diferentes etapas do desenvolvimento da criança. Só existem exames para mudança de ciclos."
ALBÂNIA	" A passagem de ano é objeto de regulamento especial. Conforme este regulamento, os alunos de primeiro, segundo e terceiro anos não se submetem a exame de promoção. Em cada caso é o professor que decide se o aluno deve passar de ano ou repeti-lo; para isso ele se fundamenta no processo do interessado."
POLÔNIA	" Em 1955 - 1956 o sistema dos exames foi modificado, como resultado da alteração dos programas. Foram suprimidos os exames de promoção nas classes V - XI, alegando-se que sobrecarregavam os alunos, impondo-lhes esforços supplementares, levavam-nos a fazer distinção entre matérias mais ou menos importantes e criavam uma atmosfera de enervamento, sobretudo nas classes inferiores."
TCHECO-ESLOVÁQUIA	" Os alunos do 1º ano passam automaticamente para o 2º ano sem exame, salvo motivo grave."
IRLANDA	" É o diretor quem, consultando os professores encarregados das classes, decide, ao fim do ano-escolar, a promoção do aluno. Para isso ele toma em consideração seu progresso nas diversas matérias do programa durante o ano escolar".

FRANÇA	"No ensino primário nenhuma regra estrita fixa as condições de passagem para uma classe superior. A apre- ciação do professor é decisiva na promoção do aluno."
FINLÂNDIA	"É à atitude demonstrada pelo aluno nas lições diárias que se dá maior importância na questão da promoção para a classe superior, sendo o julgamento dependente da opinião do professor da turma."
ÁSIA	
HONG-KONG	"Nas escolas públicas a passagem de uma classe à imediatamente superior é automática e, salvo em caso muito raro, não depende dos resultados dos exames."
JAPÃO	"A passagem para a classe superior é feita quase automaticamente, sem exame. Também não há exames de fim de estudos. O certificado de curso primário é expedido pelo diretor da escola, levando em conta o trabalho do aluno, o seu desenvolvimento físico, sua assiduidade etc..."
JORDÂNIA	"As condições de passagem de uma classe à superior variam segundo as escolas. A tendência atual é de não fazer nenhuma restrição para os três primeiros anos, salvo em caso excepcional; nesse caso a decisão é do diretor do estabelecimento, com a cooperação dos professores."
ESCOLAS U.N.R.W.A. UNESCO	"Em geral não há exame nas primeiras classes primárias. Nas demais a promoção depende também das recomendações dos professores."
ISRAEL	<p>"Não há exames sistemáticos no ensino primário israelita e as provas regulares de fim de trimestre ou de fim de ano, que eram coisa corrente há pouco tempo, não estão mais em vigor hoje em dia. Os progressos de aluno são julgados através das observações diretas que o professor faz em classe e através das provas orais e escritas que ele organiza de tempos em tempos, quando julga necessário.</p> <p>Há dois anos passados os alunos, não podiam ser promovidos se não tivessem atingido determinadas notas. Mas como tal regra resultasse em grande número de repetições, passou-se a estudar se haveria real interesse na permanência desta barreira. Em consequência foi determinado aos estabelecimentos que permitissem a promoção da maioria dos alunos no fim de um ano!"</p>

AFRICA	
RODÉSIA	"Os alunos são promovidos de classe cada ano e a repetição é rara, salvo se são muitos jovens. Isso se explica pela constituição de grupos, dentro de cada classe. Procura-se conseguir que cada aluno trabalhe segundo o ritmo e o nível que corresponda melhor às suas capacidades. Pode dar-se o caso, por exemplo, de um aluno "standard 4C" estar no nível da classe "standard 2" em Matemática e no nível "standard 3" em Inglês. Não é pois exato dizer que a criança "sobe de classe"; o que se passa é que tomando-se por base o trabalho anual e os resultados obtidos nas composições, pode ele ser enviado a uma seção aonde o ritmo de trabalho seja mais ou menos rápido."
EGITO	"Não há mais problemas de repetição ou de insucesso nos exames de passagem de ano nas escolas primárias; estes exames foram completamente suprimidos. A admissão na classe superior depende simplesmente da assiduidade de aluno, que deve ter freqüentado a escola ao menos durante 3/4 do ano letivo."
LÍBIA	"Na escola primária a passagem de um aluno do primeiro ao segundo ano é autorizada ou não através de informações dos professores, aprovadas pelo diretor."
MARROCOS	"Até aqui, para a promoção à classe superior, o aluno devia ser submetido a um exame escrito, mas este sistema tende a desaparecer."
MADAGASCAR	"Na escola primária a passagem de uma classe a outra é feita sem exame. O professor decide a promoção através do trabalho anual do aluno."
SOMALIS	"Na passagem de uma classe a outra imediatamente superior tem-se em grande conta o trabalho ecolar no curso do ano, assim como as apreciações dos professores. A prática dos "exames de promoção", condenada pelas autoridades universitárias metropolitanas, foi abandonada."
OCEÂNIA	
NOVA ZELÂNDIA	"Em regra geral é a idade da criança quem determina sua promoção de uma classe para a imediatamente superior, sendo que o ritmo de progressão normal é de uma classe por ano. Conforme a maturação de espírito, lenta ou rápida, as crianças podem repetir ou saltar de uma classe para outra. Em cada classe os alunos podem ser de níveis diferentes."

ILHAS FIDJI	" Nas primeiras classes do ensino primário, a passagem para a classe superior é automática."
AUSTRÁLIA	" Na escola primária a passagem de uma classe à superior se efectua com a recomendação do professor principal. Em geral a promoção é automática, mas esta prática varia de um Estado para outro. A decisão é fundamentada: nos resultados das provas não oficiais, nas notas dadas pelo professor e em diversas informações relativas ao progresso do aluno."
NAURU	" A maioria dos alunos passa normalmente de uma classe à classe superior e em seguida da escola primária à secundária. A passagem de uma classe para a outra se efectua geralmente em função dos progressos realizados pelos alunos e às vezes também em função da idade."
TONCA	" Tendo melhorado o nível cultural dos professores, foi possível fazer uma modificação no sistema de promoção; os próprios professores decidem da passagem de um aluno à classe superior."
BRUNEI	" Os alunos são promovidos de classe ao fim de cada ano com a recomendação do diretor do estabelecimento e a aprovação do conselho pedagógico do lugar."

L'EDUCATION DANS LE MONDE

VOL. II - L'ENSEIGNEMENT DU PREMIER DEGRE - UNESCO - 1960

LA SITUACION EDUCATIVA EN AMERICA LATINA - UNESCO - 1960

VIRE D'ENSEMBLE SUR L'ENSEIGNEMENT EN SUÈDE

DIRECTION GÉNÉRAL DE L'ENSEIGNEMENT - 1958

Estudo das possibilidades de aplicação da reforma do ensino primário.

I- Estudo do julgamento do professor

- 1957 1) Inquérito para levantamento da opinião dos professores sobre o critério adotado, em caráter excepcional, para a promoção, inclusive para indicação de elementos influentes no critério e que poderiam ser eliminados (média das provas mensais, semestrais e nota do professor).

Resultado:

11,80% dos professores opinaram pela exclusão de sua nota, conservados os outros elementos do critério.

- 2) Estudo da discordância entre a nota do professor e o resultado final da promoção.

Resultado:

2,38% dos alunos promovidos teriam sido reprovados pelo professor.

0,10% dos alunos reprovados teriam sido aprovados pelo professor.

Nota: O julgamento do professor não foi orientado.

- 1958 Estudo para determinar o coeficiente de correlação entre a nota do julgamento do professor e o resultado da segunda prova semestral, construída pelo Instituto de Pesquisas educacionais (único elemento do critério, comum a todas as escolas).

Resultado:

r	SÉRIES				
	1a.	2a.	3a.	4a.	C. de Admissão
	0,52	0,70	0,77	0,79	0,64

Nota: Julgamento do professor não orientado, embora surja a primeira tentativa para adoção de ficha cumulativa de observações sobre o aluno.

1959

Inquérito para julgar do uso da responsabilidade dada ao professor na avaliação do rendimento da aprendizagem, para fins de promoção (1a., 2a e 3a. séries) e do uso das fichas de observação (4a. e 5a. séries).

Resultado:

A análise dos resultados mostra que, de um modo geral, não foi dada ao professor liberdade para julgamento do progresso do aluno. Foram estabelecidos, subjetivamente, e baseados em diferentes critérios, mínimos para promoção. Houve baixa nas percentagens de promoção que dependiam exclusivamente da opinião do professor (1a., 2a. e 3a. séries).

Critérios de julgamento usados pelo professor.	SÉRIES					
	1a.	2a.	3a.	4a.	C. de Admissão	Média
	%	%	%	%	%	
Livre apreciação (uso de ficha de observação)	34,52	24,55	23,22	13,20	11,57	21,41
Média das provas mensais.	32,13	9,12	9,47	5,13	4,71	12,11
Média das provas mensais e semestrais	26,05	53,74	59,20	42,00	37,61	43,72
Fichas de observação (nota conceito)	-	-	-	8,70	9,97	9,34
Sem cômputo, por incoerência	7,30	12,59	8,11	31,00	36,14	19,02

Nota: Julgamento do professor orientado através de fichas de observação do desenvolvimento global do aluno, após experimentação da mesma em 620 turmas.

- 1960 1) Campanha de esclarecimento , através dos Coordenadores de Pesquisas Educacionais dos Distritos Educacionais, sobre o valor do julgamento do professor na avaliação do progresso do aluno.
- 2) Ordem de Serviço, expedida pelo Sr. Diretor do Departamento de Educação Primária, impede determinação de notas mínimas para promoção de alunos.
- 3) Inquérito para levantamento dos critérios de julgamento usados pelo professor.

Resultado:

Critérios de julgamento usados pelo professor	SÉRIES		
	1a.	2a.e 3a.	Média
	%	%	%
Livre apreciação	70,00	52,00	61,00
Uso da ficha de avaliação	22,00	25,00	23,00
Nota da prova de Leitura Oral	5,00	(1) -	5,00
Média de provas	-	18,00	18,00
Nenhum dos critérios acima	3,00	1,00	2,00
Não computados por incoerência	-	4,00	2,00

(1) Nao houve prova de leitura oral na 2a. e 3a. séries

4) Estudo dos casos de discordância entre o julgamento do professor (muito influenciado pelo fator escolaridade) e o resultado final da promoção - 4^a série e Curso de Admissão.

Resultado:

Discordâncias	Séries	
	4 ^a	C. de Admissão
	%	%
Aprovação pelo professor, re- provação pela prova	3,39	6,68
Reprovação pelo professor, a- provação pela prova	6,89	3,00
TOTAL	10,28	9,68

Notas: Da análise dos resultados, observa-se que houve maior independência no julgamento realizado pelo professor (1^a, 2^a e 3^a séries) em relação ao ano anterior, e maiores exigências dos professores na 4^a série e Curso de Admissão, comparativamente aos resultados da 2^a prova semestral.

5) Estudo do julgamento do professor (1^a, 2^a e 3^a séries) e do funcionamento das Comissões de Promoção, instituídas pelas Instruções nº 23, de 1959.

Resultado:

SÉRIES	Aprovados			Reprovados			Depen- dentes de estudos	Faltas
	Total	Propos- ta do profes- sor	Deli- beração da Co- missão	Total	Propos- ta do profes- sor	Deli- beração da Co- missão		
	%	%	%	%	%	%	%	%
1 ^a	59,88	51,81	8,07	39,53	29,69	9,84	17,91	0,59
2 ^a	73,98	61,85	12,13	25,74	10,89	14,85	26,98	0,28
3 ^a	73,99	59,94	14,05	25,80	10,92	14,88	28,93	0,21

Da análise dos dados estatísticos, verifica-se que a Comissão de Estudos aprovou cerca de 45% dos casos apresentados pelo professor.

1961

Estudo do julgamento do professor (1^a, 2^a e 3^a séries) em relação às decisões das Comissões de Promoção.

Resultado:

SÉRIES	Aprovados			Reprovados			Depen- dentes de estudos	Faltas
	Total	Propos- ta do profes- sor	Delibe- ração da Co- missão	Total	Própos- ta do profes- sor	Delibe- ração da Co- missão		
	%	%	%	%	%	%		
1 ^a	56,75	46,94	9,81	43,05	32,12	10,93	20,74	0,20
2 ^a	75,31	59,53	15,78	24,57	12,23	12,34	28,12	0,12
3 ^a	76,77	59,49	17,28	23,12	11,49	11,63	28,91	0,11

Pela inspeção dos dados estatísticos, verifica-se que a Comissão de Estudos aprovou cerca de 54% dos casos apresentados pelos professores, isto é, mais 9% que nos anos anteriores.

1962

Reforma do Ensino Primário.

II - PROGRAMAS DE ENSINO

1958

Levantamento estatístico para verificar em que matéria incidia a maior porcentagem de alunos reprovados

Resultado:

Embora a reprovação, como vimos, esteja condicionada a fatores individuais, sociais e económicos procurou-se verificar em que matéria era maior o índice de reprovação, pois os de ordem pedagógica poderiam ser revelados e estes são mais diretamente influenciados pela ação do professor.

SÉRIES	Reprovados					
	Total	Leitura oral	Linguagem (1)	Matemática (1)	Média final	Faltas
	%	%	%	%	%	%
1 ^a	38,00	34,43	-	-	0,60	3,00
2 ^a	16,70	-	4,92	13,29	2,56	-
3 ^a	20,10	-	4,27	15,84	3,89	-
4 ^a	24,70	-	5,15	17,80	5,63	-
C. Adm.	12,40	-	1,47	9,12	2,88	-

(1) As porcentagens referentes a Linguagem e Matemática incluem, cada uma, o número de casos de alunos reprovados nas duas matérias ao mesmo tempo.

Verifica-se que a proporção de alunos reprovados em Matemática, a partir da 2^a série, é significativamente maior que a dos reprovados em outras matérias.

Na primeira série parece que a dificuldade dos alunos reside no processo de aprendizagem da leitura.

1959

Estudo para fins de diagnóstico das dificuldades do aluno em Matemática, no grupo de reprovados, baseados na análise do seu comportamento na resolução de questões de prova e na observação feita em 31 escolas. A observação levou em consideração os métodos usados: extensão dos programas e a adequação dos tópicos em relação à idade.

1960

1. Organização, em agosto, de grupos de ajustamento com alunos do Curso de Admissão e experimentação de programa básico.

Os grupos de ajustamento corresponderam a cerca de 40% do grupo total.

Grupo de ajustamento: 949 alunos
Grupo regular: 7410 alunos

Resultado:

Grupos	Aproveitamento (média da distribuição)
Ajustamento	62,9
Regular	67,4
TOTAL	62,6

Aprovação: 94,08%

Reprovação: 5,92%

Com a aplicação, no Curso de Admissão, de programa de Matemática, em dois níveis, a porcentagem de promoção foi superior às porcentagens verificadas nos 5 anos anteriores.

2. Inquérito de opinião realizado entre todos os professores do Curso de Admissão sobre o programa especial de Matemática, adotado nos grupos de ajustamento.

P E R G U N T A S	R E S P O S T A S	
	Sim	Não
	%	%
1. O programa especial deve ser adotado em turmas cujos alunos não têm possibilidades de acompanhar o do Curso de Admissão?	91,00	9,00
2. Devem ser formados grupos de ajustamento em março de 1961?	85,00	15,00
3. O programa especial foi adotado em sua turma?	43,00	56,00
4. O programa especial deu resultado quando foi adotado ?	90,00	10,00

Nota: N = 427

3. Organização de programa básico de Matemática para todas as séries e revisão do programa "mínimo", com base em pesquisas realizadas e na opinião dos professores com regência de turma.

III- Critérios para promoção de alunos

Até 1956 Prova única de exame, com mínimo de pontos estabelecidos para promoção. Este, a partir de 1954, variava conforme o julgamento do professor (alunos promovíveis e alunos im-promovíveis), que era feito com base nos resultados de provas mensais.

1957 Promoção por média, em caráter excepcional e de emergência (provas mensais, elaboradas pelo professor e aprovadas pelo Diretor da Escola, provas semestrais, organizadas pelas Chefias dos Distritos Educacionais e nota do professor). Resultado do inquérito realizado na ocasião entre os professores com regência de turma:

Favoráveis ao critério: 89,63%

Desfavoráveis ao critério: 10,37%

Professores que opinaram
pela conclusão da nota do
professor como elemento
do critério :

11,80%

1958 Promoção por média (provas mensais organizadas pelo professor da turma e aprovadas pela Direção da Escola, provas semestrais, organizadas pelas Chefias Distritais e Instituto de Pesquisas Educacionais, nota conceito do professor da turma. Houve correlação apreciável entre a nota do professor e a nota da prova organizada pelo IPE.

1959 Proposta do IPE à SGE para modificação do critério de promoção (Instruções nº 23 SGE, de 11/59). Valorização do julgamento do professor e do aspecto global deste julgamento. Promoção de alunos da 1^a, 2^a e 3^a séries pelo conceito do professor e por decisão da Comissão de Promoção, encarregada de estudar os casos indicados pelos professores como dependentes de estudo. Promoção por média (nota do professor e nota da prova construída pelo IPE) na 4^a série e Curso de Admissão, visando a conferir certificados de conclusão de cursos elementar e complementar.

Resultado do inquérito de opinião entre os professores sobre o critério adotado:

Opinião sobre o critério de promoção	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	C. Adm.	Média
	%	%	%	%	%	%
Avaliou bem	61,90	63,64	62,34	69,12	67,04	64,81
Avaliou mal	5,20	4,67	5,35	5,58	3,05	4,77
Avaliou bem, mas há melhores processos	26,00	26,61	25,23	7,36	11,08	19,26
Deve ser adotado o critério usado na 1 ^a , 2 ^a e 3 ^a séries				7,48	8,31	7,90
Deve ser conservada apenas a prova do IPE				2,14	3,60	2,87
Em branco	6,90	5,08	7,08	8,32	6,92	6,86

Resultado do inquérito realizado entre os professores com referência de turma para levantamento da opinião sobre o critério de promoção por avanços progressivos:

Promoção por avanços progressivos	Total	Séries				
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a
		%	%	%	%	%
Deve ser adotada em 1960.....	38,99	40,86	42,35	41,88	34,60	34,35
Não deve ser adotada por enquanto	25,91	26,43	24,69	23,65	25,95	28,81
Não deve ser adotado	24,59	22,71	22,28	22,74	27,25	27,98
Em branco	10,51	10,00	10,68	11,73	12,20	8,86

NOTA: O inquérito foi realizado após campanha de esclarecimento sobre o processo, feita através dos professores coordenadores de pesquisas educacionais nos D.E.Tendo em vista que a matéria foi debatida apenas durante um ano, considera-se satisfatório o resultado. Pode-se estimar em 64,90% o grau de receptividade ao processo.

- 1960 Promoção de alunos de acordo com o critério estabelecido em 1959, porém oferecendo maior flexibilidade: provisão de estágio experimental na série seguinte para alunos da 4^a série e Curso de Admissão, não promovidos pela média final, mas que o seriam pelo julgamento do professor (0,10% de casos) e para alunos da 1^a série, que não tendo se alfabetizado, não necessitassem do mais um ano letivo para tal fim (promoção até maio).
- 1961 Promoção pelo critério estabelecido em 1959, exceto para os alunos da 4^a série e Curso de Admissão, que foram submetidos ao critério de promoção progressiva a fim de testar alguns aspectos da adoção desse critério: receptividade dos pais e professores, grau de satisfação do aluno, melhoria do rendimento escolar. Instituição de certificados de conclusão (aproveitamento e freqüência).
- 1962 Reforma do ensino primário. Criação do Curso de Extensão para os alunos do Curso de Admissão que obtiveram certificados de freqüência. Promoção por avanços progressivos (idade e níveis de escolaridade) em função do conceito do professor sobre o aluno e do estudo de casos individuais por Conselhos Escolares. Certificados de freqüência e de aproveitamento com base no resultado da prova construída pelo IPE.

IV - Aspecto econômico da reprovação

Despesa per capita:

1960 - CR\$ 14.562,60 (anual)

1961 - CR\$ 12.653,60 (anual)

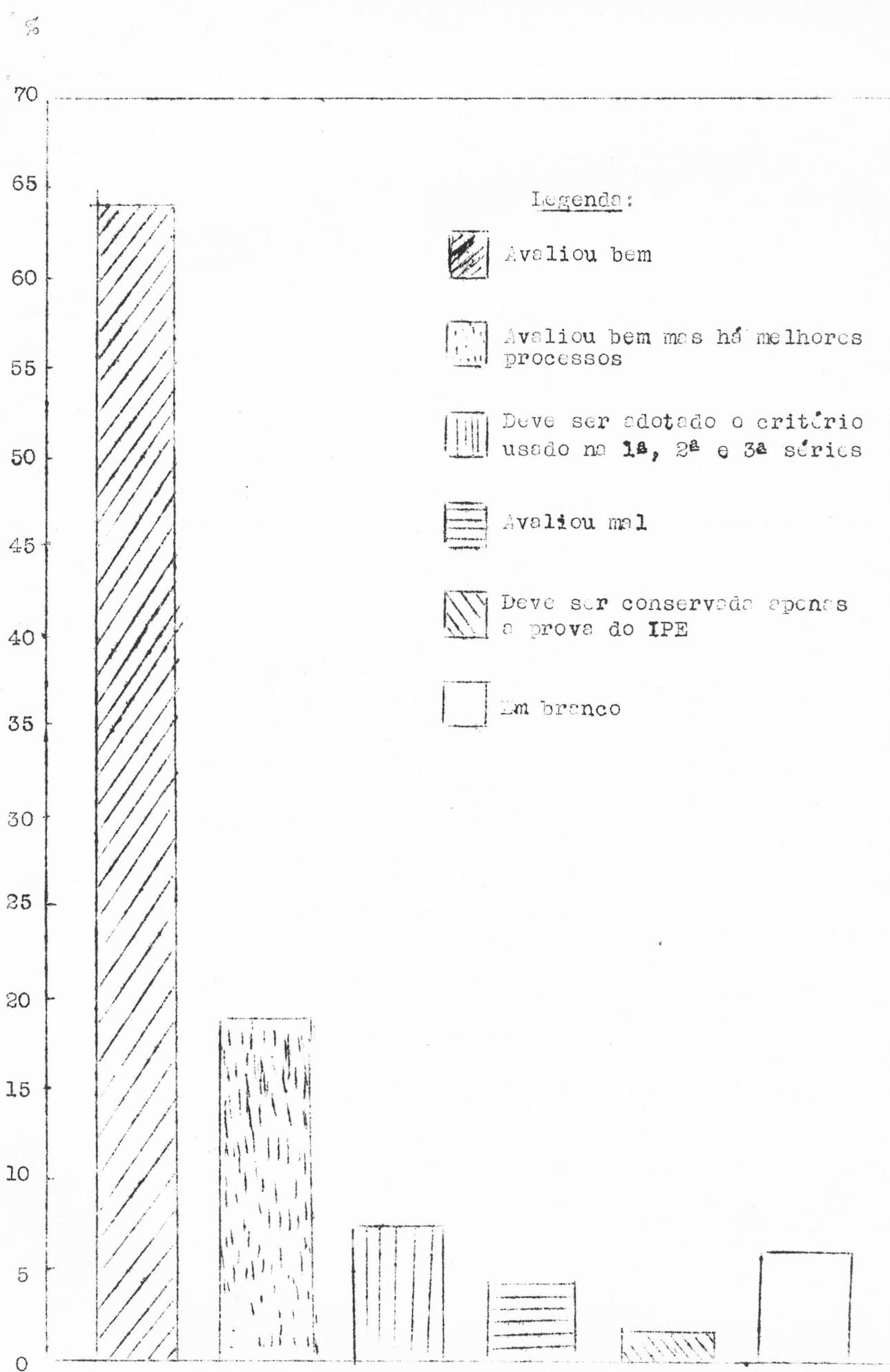
Séries	Despesa com a reprovação	
	1960	1961
	CR\$	CR\$
1a.	387.991.351,80	481.760.512,80
2a.	183.765.449,40	179.946.845,60
3a.	156.882.889,80	138.987.142,80
4a.	33.799.794,60	(1) _____
Curso de Admissão	10.732.636,20	_____
TOTAL	773.172.121,80	800.694.500,80

(1) Excluídos R\$ 79.629.581,60 , que correspondem aos alunos de 4a. série e do Curso de Admissão, submetidos ao sistema de promoção progressiva (CR\$ 26.530.069,60 da 4a. série e CR\$ 26.530.069,60 do Curso de Admissão).

NOTA: Em 1962 foram organizadas 10 turmas de Curso de Extensão da Educação Elementar.

Resultado de inquérito realizado entre os professores com 10% ou mais de reprovação em suas turmas (35% dos professores) sobre causas prováveis da reprovação. (ver gráfico)

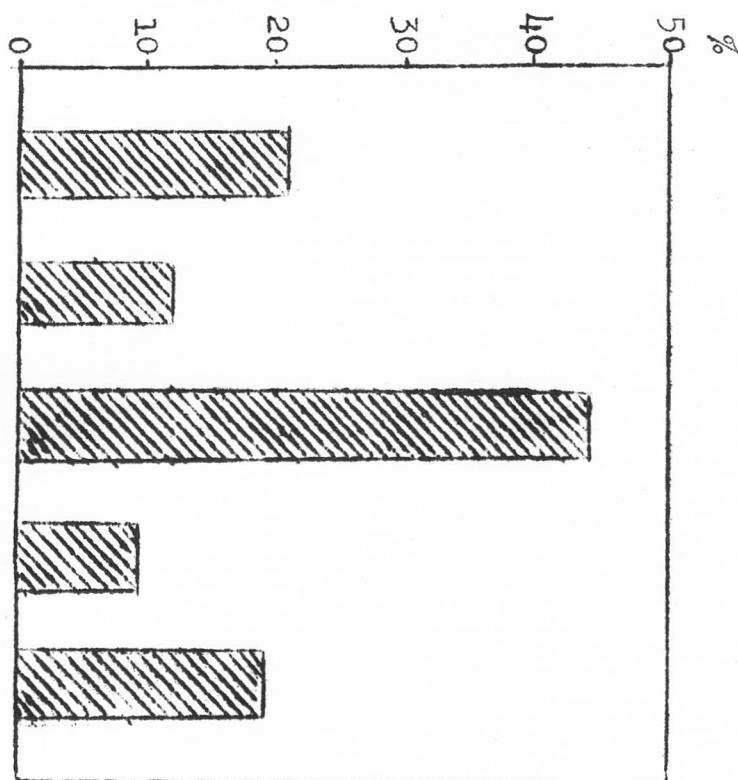
GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA OPINIÃO SOBRE O CRITÉRIO DE PROMOÇÃO - 1959



GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO USADOS PELO PROFESSOR

1959

(1^a, 2^a, 3^a e 4^a séries, o curso é de Admissão)



1960

(1^a, 2^a e 3^a séries)

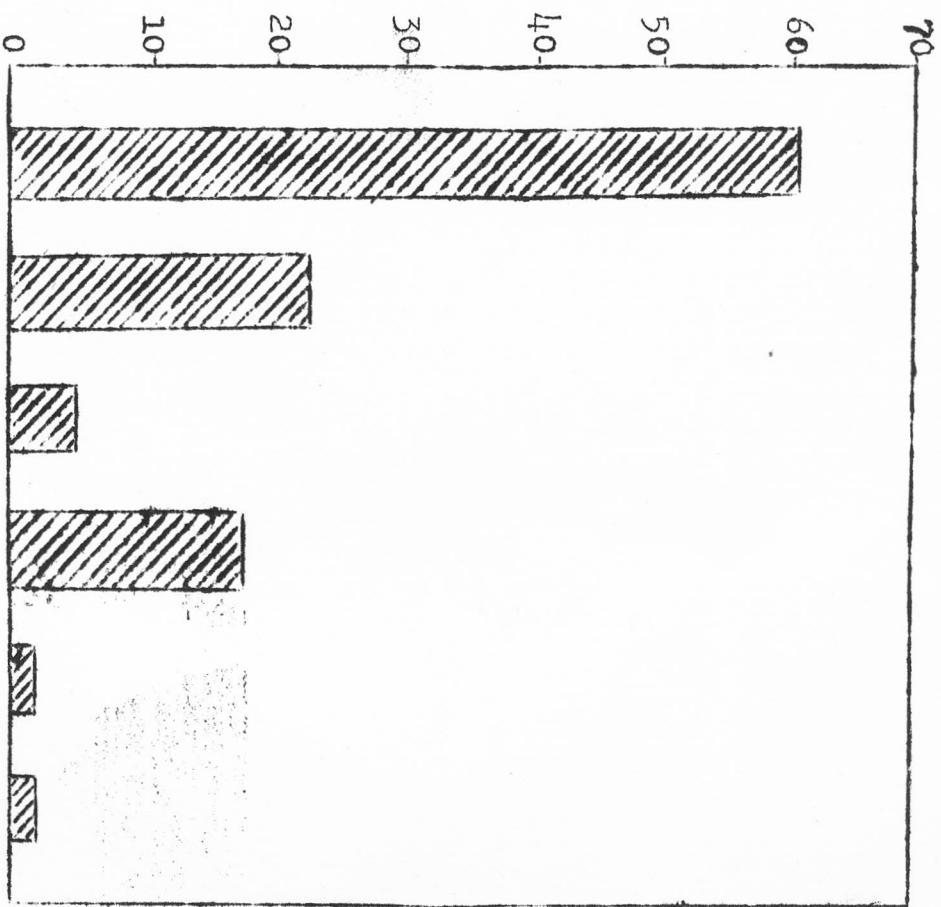


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO INQUÉRITO
SÔBRE PROMOÇÃO POR AVANÇOS PROGRESSIVOS - 1959

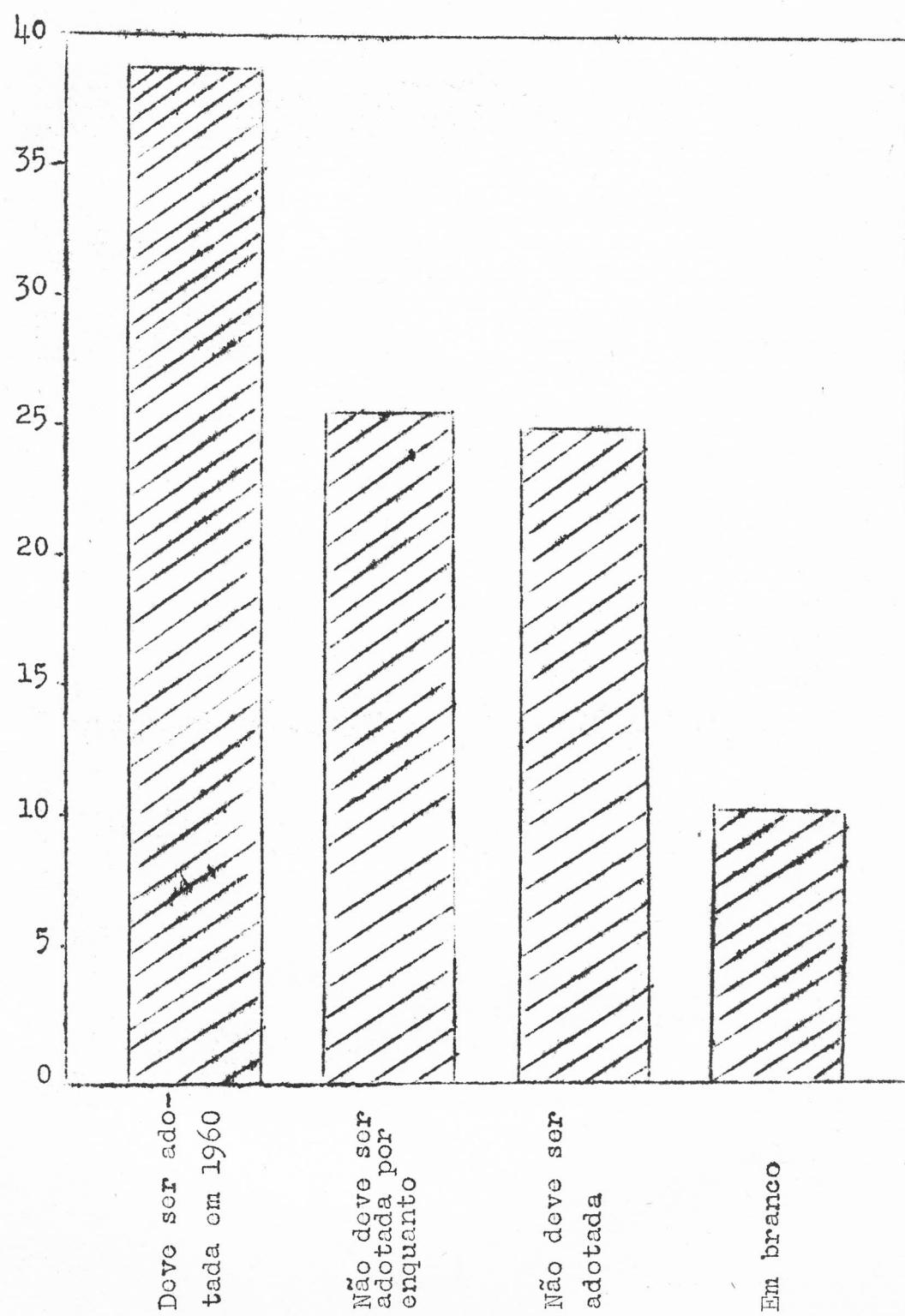


GRÁFICO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO INQUÉRITO
REALIZADO ENTRE PROFESSÔRAS DO CURSO DE ADMISSÃO
SÔBRE O PROGRAMA ESPECIAL DE MATEMÁTICA

1 960

LEGENDA:

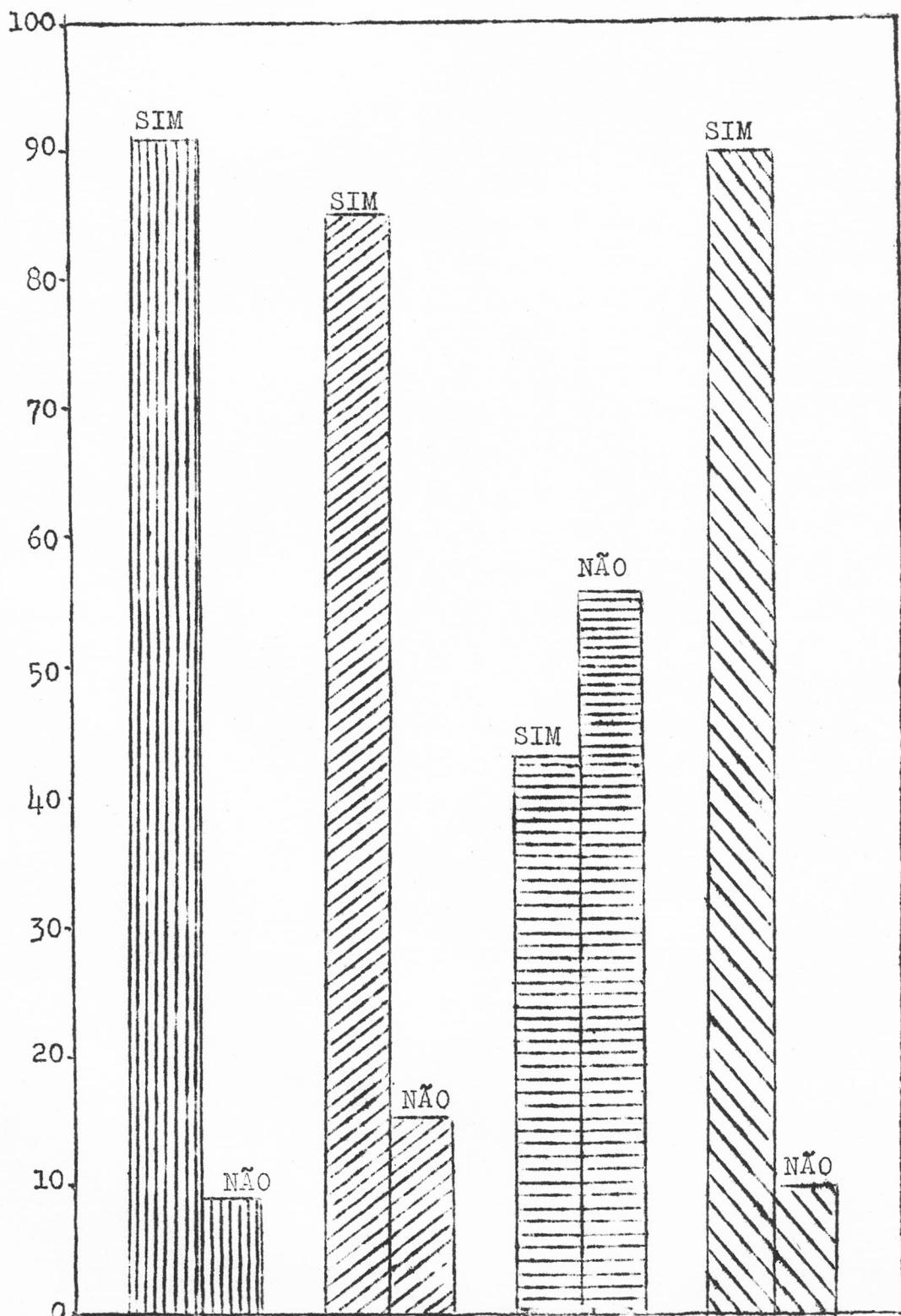
O programa especial deve ser adotado em turmas cujos alunos não têm possibilidades de acompanhar o do C. de Ad.?

O programa especial foi adotado em sua turma?

Devem ser formados grupos de ajustamento em março de 1 961?

O programa especial deu resultado quando foi adotado?

%



GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS DA DESPESA COM A REPROVAÇÃO
DE ALUNOS

T O T A L

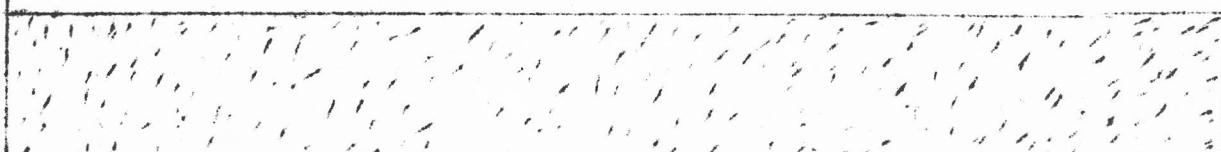
MILHÕES DE CRUZEIROS

0 100 200 300 400 500 600 700 800

1960



1961



PER CÁPITA

MILHÕES DE CRUZEIROS

0

5

10

15

1960



1961

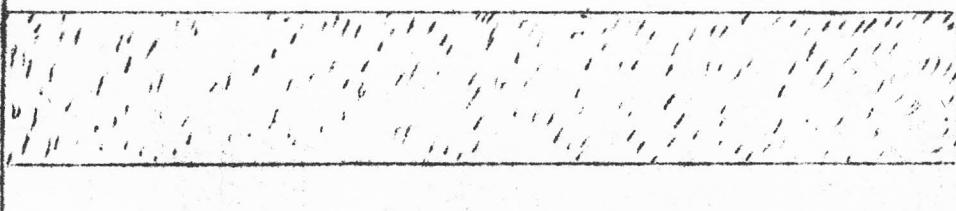
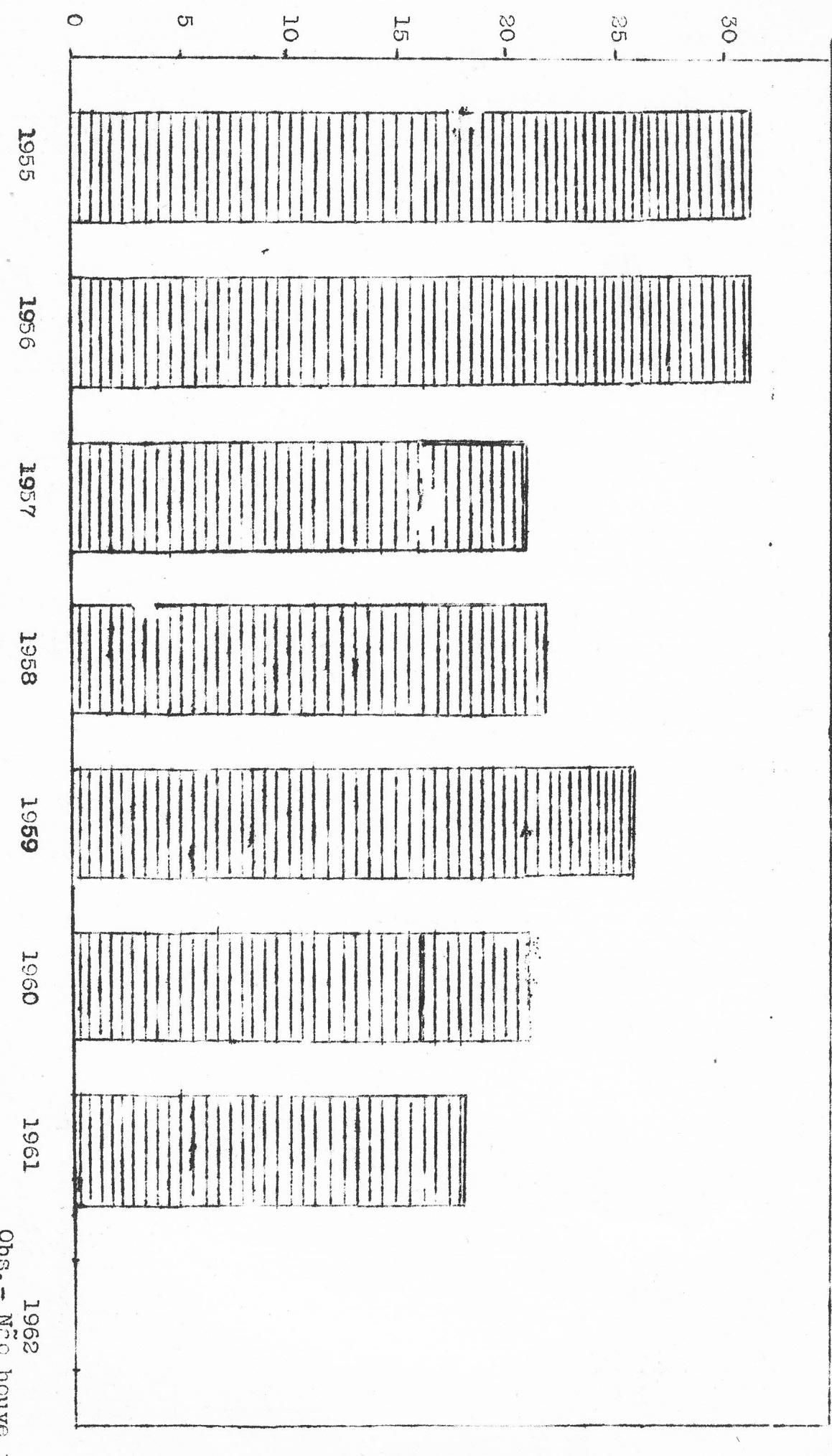


GRÁFICO ILUSTRAÇÃO DA REPROVAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS



Obs. - Não houve reprovação em 1962.

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DOS FATORES QUE, PROVÁVELMENTE, INFLUÍRAM NA REPETÊNCIA, EM 1960

-30-

(Turmas com 10% ou mais de reprovação)

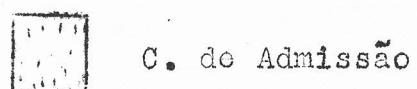


- Falta de conh. básicos de séries ant.
- Desinteresse dos pais pela vida esc. dos filhos
- Pouca freqüência às aulas
- Desnutrição, estado precário de saúde, cansaço decorrente do trab.
- Falta de interesse pela escola
- Serviço cumulativo e reg. de 3 t.
- Racioc. lento (ritmo lento na aprend.)
- Progr. longo para reg. de 3 t.
- Mudança de professôra
- Turmas numerosas
- Provas mto facilitadas na 1a. série
- Turmas heterog. quanto a idade
- Desajustamento familiar
- Turmas mistas de aluno normal e AE
- Progr. longo e em nível elevado p/o grupo
- Falta de aplicação do teste ABC
- Local de aula impróprio
- Provas distritais c/máteria avançada p/o gr
- Falta de material didático
- Classificação por id. cronológica
- Alunos fora de idade escolar
- Reajuste da turma no 2º período
- Neurose

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA DISCORDÂNCIA ENTRE O
JULGAMENTO DO PROFESSOR E O RESULTADO FINAL DA
2ª PROVA SEMESTRAL

1960

LEGENDA:



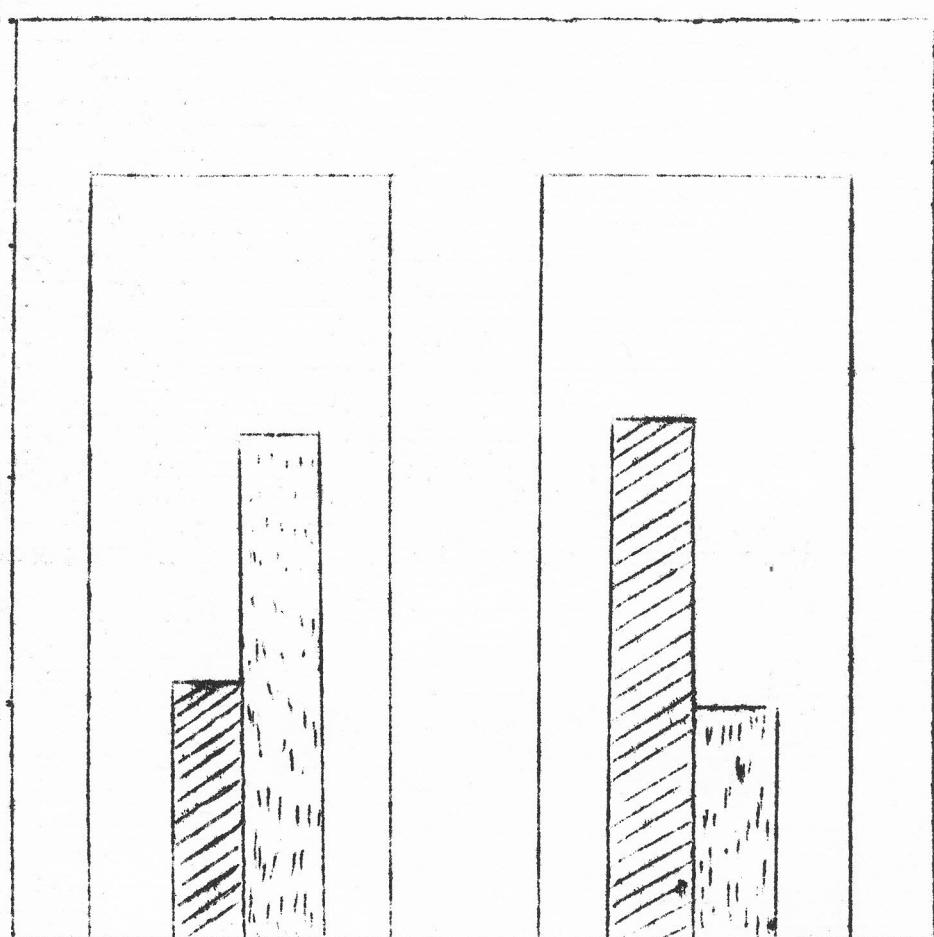
%

12

9

6

3

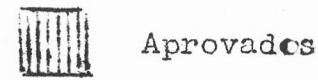


Aprovados pelo
prof. e reprovados
pela prova

Reprovados pelo
prof. e aprovados
pela prova

GRÁFICOS DEMONSTRATIVOS DOS CASOS DEPENDENTES DE ESTUDO NA 2^a PROVA SEMESTRAL

Legenda

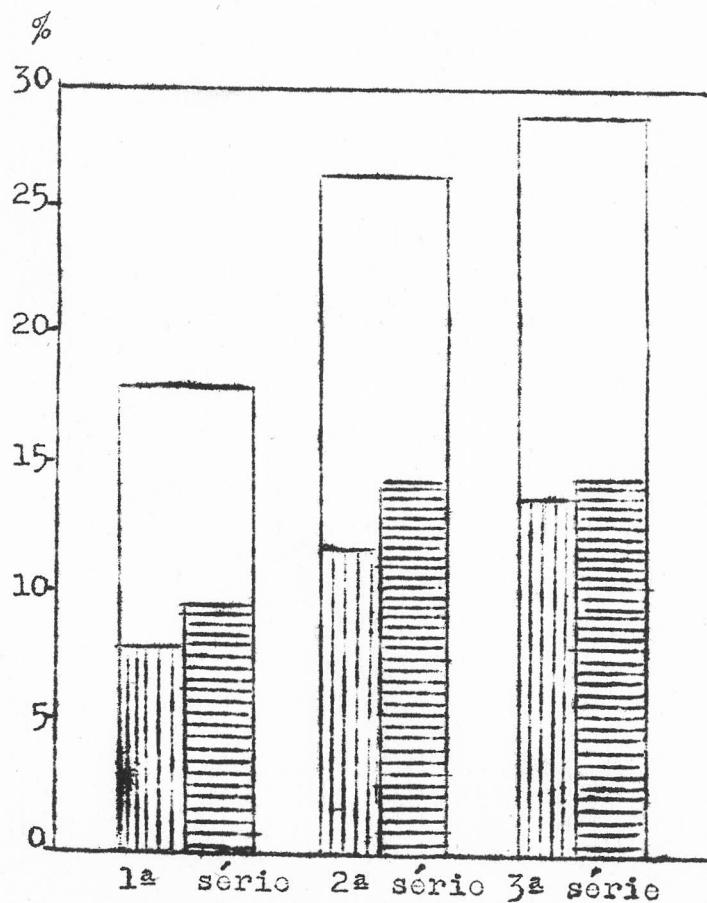


Aprovados



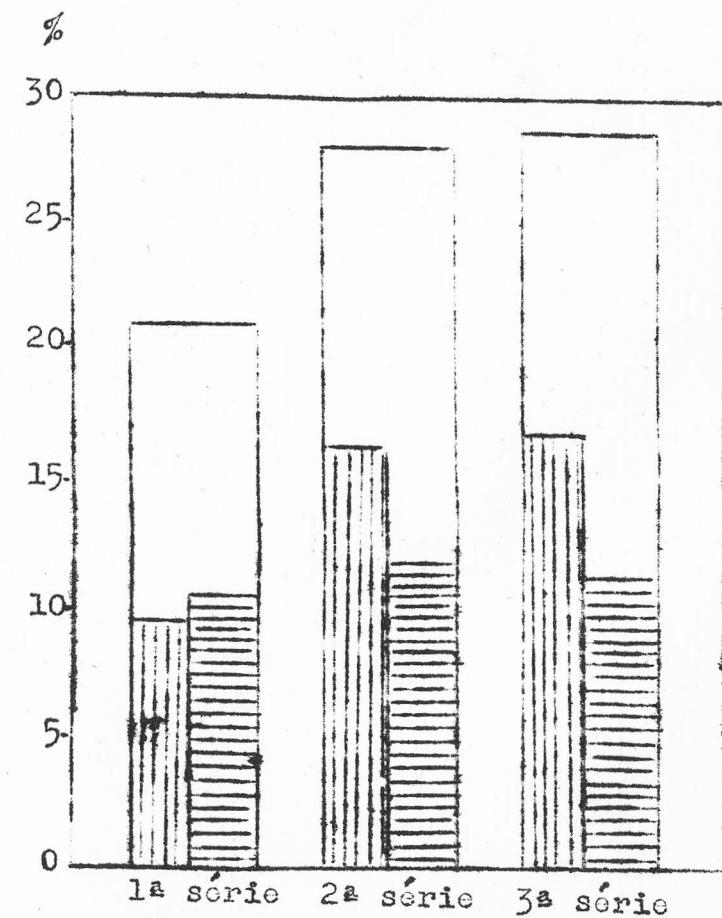
Reprovados

1960



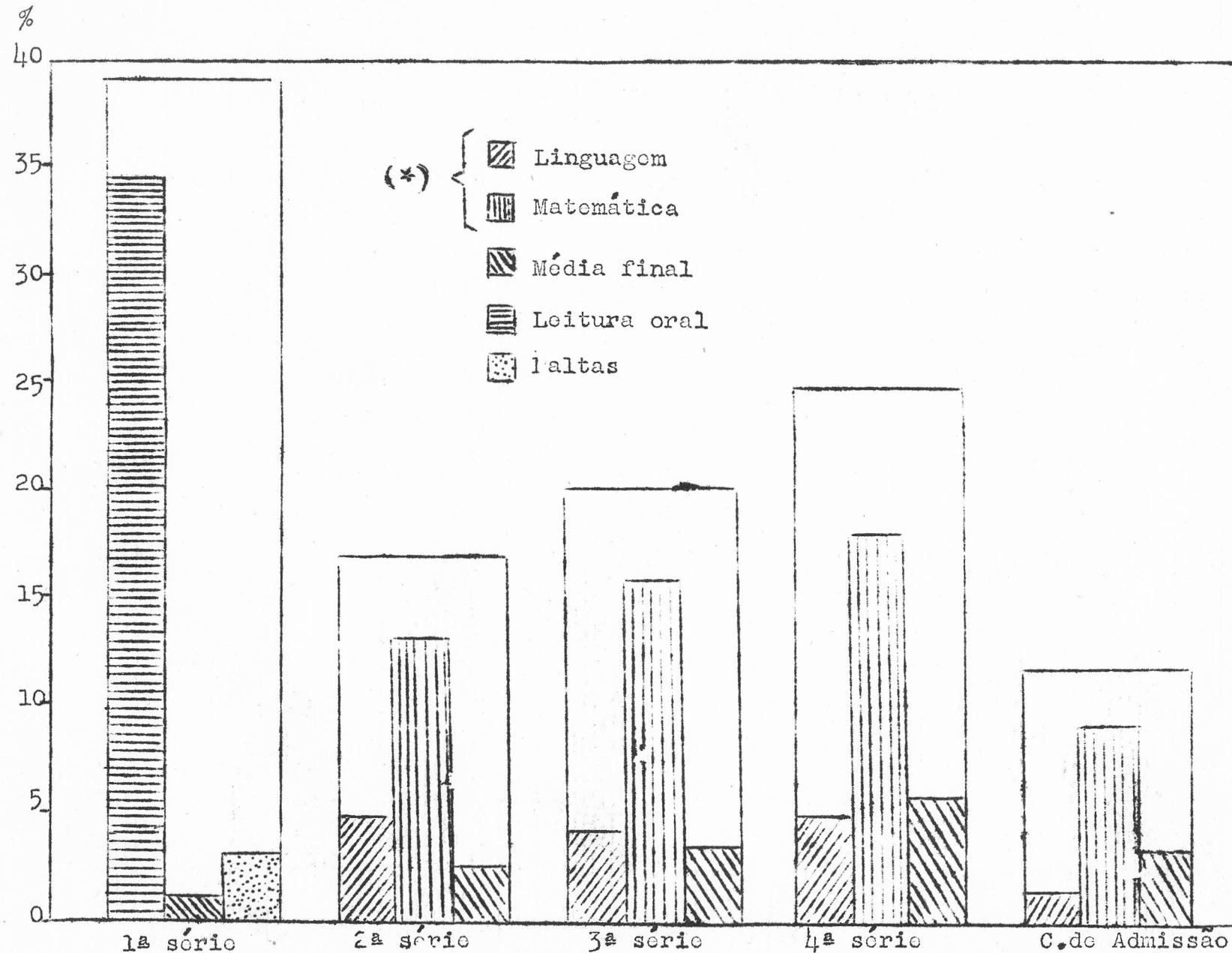
NOTA: A comissão aprovou cerca de 45% dos casos.

1961



NOTA: A comissão aprovou cerca de 54% dos casos

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA REPROVAÇÃO NO CURSO PRIMÁRIO - nas diferentes matérias, na média final e por faltas.
1958



(*)

As porcentagens referentes a Linguagem e a Matemática incluem os casos de alunos reprovados nas 2 matérias ao mesmo tempo.